

A controvérsia entre os economistas brasileiros: comentários sobre sua sociologia, filosofia e aspectos argumentativos¹

Rodrigo Cantu (UFPel)

INTRODUÇÃO

Uma das principais características da comunidade de economistas no Brasil, o dissenso substantivo é complementado pela contestada multiplicidade de paradigmas de sua disciplina. A sociologia e a história dos economistas no país já elucidaram importantes dimensões constitutivas dessas discordâncias, tais como sua relação com o contexto sócio-político, a imersão em redes de elites, a relação com a autoridade intelectual do exterior e a dinâmica de reprodução institucional das diferentes escolas. Este trabalho enfoca um recorte da disputa entre economistas – o debate entre especialistas em macroeconomia – e examina as razões da permanência de fortes clivagens. Como ilustração da controvérsia, exploram-se os debates sobre a crise de 2014-2016 e sobre a crise da pandemia. Busca-se contribuir para a compreensão do assunto, com base em reflexões que cruzam aspectos da filosofia da ciência econômica com elementos de uma sociologia de controvérsias científicas e públicas de longa duração. Quais são os termos da divisão entre economistas ortodoxos e heterodoxos, quais são suas bases sociológicas e filosóficas e por que se reproduzem percepções distintas sobre os fenômenos econômicos?

As ideias econômicas existem publicamente em espaços de difusão e discussão. Para entender sua dinâmica no Brasil, é preciso discutir minimamente suas características. Há várias formas de recortá-los e classificá-los. Proponho uma distinção simples – baseada em estudos sobre controvérsias (Cf. LEMIEUX, 2017) – entre um espaço interno dos especialistas e um espaço externo. Nos termos de Callon et al. (2001), podemos diferenciar a ciência confinada da ciência fora do cativeiro. A relação entre esses dois espaços estabelece parâmetros relevantes de seus funcionamentos: o peso dos interesses externos pesa frequentemente sobre a consideração dos especialistas, ao passo que o mundo político depende de novas ideias de especialistas em momentos de crise (Cf. DOBRY, 2014). Cabe ressaltar ainda que as discordâncias e o debate nesses espaços raramente se resolvem em pouco tempo e se estendem normalmente no longo prazo.

¹ Paper apresentado no 44º Encontro Anual da ANPOCS, GT40 - Sociedade e Vida Econômica.

A distinção entre espaços é definida por diferentes regras de interação, restrições à argumentação e métodos de criação de consensos. O espaço interno consiste nos ambientes de debate especializado dos economistas e outros cientistas relacionados, tais como revistas acadêmicas e outros veículos de textos técnicos, congressos e simpósios da área, além de outras arenas face-à-face. Aqui as regras de interação prescrevem o comedimento emocional e pulsional, junto a restrições argumentativas de formulação e apresentação de evidências e provas como método para dirimir o dissenso. No espaço externo, o controle pulsional é menos estrito, a meta não se reduz à convergência ao consenso pela prova e as interações transbordam frequentemente para relações de força visando impor certa visão sobre o mundo². Esse segundo espaço está representado em ambientes variados, desde simples conversas a publicações em jornais e mídias de largo alcance. Aqui, enfocaremos um nível ambíguo do debate: aquele com características internas – argumentando com o horizonte de um consenso –, embora em veículos com grande capacidade de expressão, tais como jornais de grande circulação, além de publicações e vídeos de internet voltados a um público não necessariamente especialista. O comportamento dos atores nesse nível tem objetivos dúbios, às vezes buscando no público externo um juiz, mas principalmente investindo na difusão dos contenciosos internos sobre temas de relevância externa, principalmente em política econômica.

Uma variedade de materiais sustenta as reflexões do trabalho: uma experiência com inspiração para-etnográfica entre economistas, dados de uma pesquisa anterior (Cantu, 2009) sobre a ciência econômica no Brasil e consulta a publicações polemizadoras de economistas, tanto especializadas quanto voltadas a um público amplo. Realizei os estudos de graduação em ciências econômicas e, para a pesquisa de minha dissertação de mestrado em sociologia, coletei informações de todos os artigos de quatro das principais revistas acadêmicas de economia do país em todas as suas edições entre 2004 e 2008 (CANTU, 2009). Nessa pesquisa, foi possível criar um senso geral da produção acadêmica dos dois grupos. Além disso, com uma trajetória formativa mista entre economia e sociologia, trabalhei por seis anos como docente em um departamento de economia, observando como as questões aqui tratadas se expressam no cotidiano do trabalho acadêmico na disciplina.

² Mencionamos aqui dois emblemáticos exemplos da suspensão do controle pulsional no debate público. Em entrevista à Folha de S. Paulo em 21/04/2003, Maria da Conceição Tavares (polo heterodoxo) rotulou Marcos Lisboa de “semianalfabeto” e “débil mental”; no sentido inverso, Alexandre Schwartsman (polo ortodoxo), em coluna na Folha de S. Paulo de 16/12/2015, classificou alguns economistas heterodoxos como “porco”, “leitoa” e “jumentinho italiano”.

Além desta introdução, o texto se desdobra em seis seções. Nas primeiras duas seções, descrevemos alguns dos principais termos da divisão entre ortodoxia e heterodoxia no campo dos economistas brasileiros. As bases sociológicas e filosóficas dessa disputa são exploradas na terceira seção. Em seguida, as duas próximas seções analisam conjecturas sobre o prolongamento indefinido de controvérsias científicas nas ciências econômicas e sobre a configuração de seus termos na questão sobre a recessão brasileira 2014-2016 e a fraca recuperação econômica. Com base em contribuições da sociologia pragmática francesa sobre controvérsias, analisam-se três aspectos das disputas entre especialistas da macroeconomia, que complementam as descobertas anteriores da literatura: o caráter inconclusivo de provas complexas e equipadas nas ciências econômicas, a estrutura da argumentação em controvérsias e o impacto de eventos marcantes nessa argumentação. A última seção avança algumas reflexões sobre a crise da pandemia de COVID-19, além de observações finais.

1 A DIVISÃO ENTRE OS ECONOMISTAS BRASILEIROS

Centrado na produção científica sobre o tema, o debate especializado em economia no Brasil é bastante plural, quando comparado com outros casos internacionais, principalmente com os Estados Unidos (DEQUECH, 2018). Uma das divisões mais salientes em nosso espaço doméstico é aquela entre ortodoxos e heterodoxos, para utilizar uma terminologia nativa dos próprios economistas (Cf. LISBOA, 1997, 1998; LISBOA e PESSOA, 2019, caps. 20-23). Estudos sobre a clivagem destacam a dificuldade de definir nitidamente esses dois campos (DEQUECH, 2007, 2018; CODATO *et al.*, 2016). Sendo termos nativos, uma definição tentativa pode ser esboçada com a descrição que representantes de cada polo fazem de si e de seus desafiantes. Um debate recente publicado no caderno *Ilustríssima* da Folha de S. Paulo e recolhido em Lisboa e Pessoa (2019) oferece algumas noções proveitosas para essa tarefa.

Representantes da ortodoxia com algum destaque no debate sobre a divisão entre os economistas, Marcos Lisboa e Samuel Pessoa (2019) definem seu lado do tabuleiro da seguinte forma: “os ortodoxos utilizam modelos teóricos quantitativos para propor conjecturas precisas sobre aspectos econômicos muito específicos, que podem ser rejeitadas pelos testes estatísticos” (p.22). Contrastando seu polo com a heterodoxia, eles escrevem: “Os economistas tradicionais preferem a evidência dos dados, como na academia internacional. Já com a heterodoxia, a história

é outra. Parte-se da conclusão. A visão de mundo determina os principais aspectos de funcionamento das economias [...] o ponto de partida é a grande narrativa que procura ser consistente com alguns fatos estilizados” (p.408).

A essas observações, respondem Oreiro e Gala (2019), representantes da heterodoxia: “Basta uma rápida análise dos principais periódicos heterodoxos indexados no Brasil e no exterior para se constatar que grande parte da pesquisa heterodoxa segue exatamente o mesmo protocolo defendido por Lisboa e Pessoa, ou seja, o protocolo do método científico” (p.427). Os dois heterodoxos prosseguem afirmando que “no Brasil, a expressão ‘economista ortodoxo’ é usualmente entendida como ‘economista neoclássico’, ou seja, aquele que compartilha o programa de pesquisa neoclássico, definido a partir de um núcleo duro de proposições formado por princípios como a racionalidade econômica, entendida como a maximização da satisfação ou lucro, e o equilíbrio dos mercados como norma ou ‘ponto de referência’ para o funcionamento do sistema”. (p.428).

Essas observações revelam não apenas alguns aspectos das definições de orto e heterodoxia, mas também a reflexividade desses economistas sobre suas atividades e essa divisão. A pesquisa da controvérsia não pode ignorar que se trata de um campo de nativos igualmente reflexivos, compartilhando muitas vezes das referências teóricas que o investigador emprega para entender suas disputas.

Embora talvez não consensual entre os ortodoxos (embora o autor já tenha ouvido variantes dessa formulação em entrevistas e conversas), sua autodescrição é definida pela prática da boa ciência e o retrato de seus contendores se baseia no equívoco metodológico. Do outro lado, a heterodoxia se enxerga em oposição plural ao caráter uniforme da economia neoclássica, como uma alternativa igualmente científica. Nessas disputas, é plausível destacar como a heterodoxia, a despeito da reivindicação científica, por vezes de fato apresenta certo relaxamento metodológico, derivado do compartilhamento de preocupações e abordagens com outras disciplinas das ciências humanas. Como resultado, pode-se efetivamente identificar uma indistinção de procedimentos em alguns trabalhos. Por outro lado, é igualmente bastante plausível a acusação de que a ortodoxia se recusa a examinar criticamente a anatomia de sua visão de mundo, muito possivelmente por conta na ênfase tecnicizante envolvida na formação desse tipo de economista, com pouco espaço para a reflexividade meta-teórica.

Nessa linha, uma maneira de entender a referência à ortodoxia – termo originário do debate da doutrina e instituições religiosas – está em sua forte relação com a forma de ciência econômica hegemônica nos EUA (onde também se utiliza o termo *mainstream*) dada sua importância político-científica e o elevado grau de homogeneidade da doutrina econômica no ensino e pesquisa desse país. Em outras palavras: trata-se da adesão ao hegemônico do país hegemônico. A heterodoxia consiste em diversas formas de ciência econômica distintas da ortodoxia. Essa primeira caracterização não pode omitir a variedade interna a cada grupo; orto e heterodoxia não só discordam entre si, mas também dentro de si.

Aprofundando o raciocínio sobre os contornos da divisão, os dois polos expressam também diferentes sensibilidades à filosofia de sua prática científica. A referência de Lisboa e Pessoa a “conjecturas precisas sobre aspectos econômicos muito específicos”, sugere a preferência por formulações de médio alcance, suspendendo a reflexão sobre as premissas implícitas. Tal suspensão corresponde ainda a uma inclinação popperiana da prática de pesquisa (LISBOA, 1998). A heterodoxia recorre com frequência aos programas de pesquisa de Lakatos para argumentar que não apenas a ciência econômica é multiparadigmática, como também para apontar que o próprio programa ortodoxo conta com um núcleo não falseável (OREIRO e GALA, 2019, p.428-431). Essa oposição em dois níveis, da prática de pesquisa às ponderações sobre a filosofia que a orienta, sugere que à divergência entre a defesa de uma boa ciência ou do pluralismo subjazem epistemologias que podemos classificar espontaneamente de monistas e pluralistas.

2 O CONTEÚDO DA CONTROVÉRSIA

Entre as diversas temáticas na macroeconomia capazes de dividir os economistas, a teoria do desenvolvimento aparece como um fértil campo de debate. O assunto é particularmente relevante no Brasil, onde o *catching-up* com países mais desenvolvidos se impõe às meras questões de políticas virtuosas para as áreas monetária, fiscal e cambial. Para entender as respostas substantivas, podemos retornar aos economistas já citados acima, que esboçam um resumo de sua formulação contemporânea:

Para os economistas tradicionais, o desenvolvimento econômico decorre do crescimento da produtividade, que depende de dois fatores principais. O primeiro é a formação dos trabalhadores. Por esse motivo, a existência de um sistema público de educação eficiente seria essencial para o

crescimento econômico. O segundo, a produtividade sistêmica, está associado à qualidade do marco institucional, como documentada em diversos trabalhos acadêmicos nas últimas décadas e sistematizada por Acemoglu e Robinson no livro *Por que as nações fracassam* (2012). Regras e processos importam. Exatamente o que será produzido, porém, não parece ser essencial para determinar o grau de desenvolvimento econômico.

Para a heterodoxia, por outro lado, o desenvolvimento econômico decorre do crescimento de atividades produtivas específicas, como a indústria, e, para isso, seria essencial a intervenção do Estado para alterar o mix de produção (LISBOA e PESSOA, 2019, pp.407).

O fortalecimento industrial seria chave para a heterodoxia, pois nesse setor se concentrariam as atividades de alto valor agregado, “com retornos crescentes de escala, grande incidência de inovações tecnológicas e múltiplas sinergias” (GALA, 2017, p.20). Essas citações evidenciam um dos pontos centrais da variada controvérsia entre os dois grupos: a especificidade ou inespecificidade de setor no sucesso de economias capitalistas. É preciso salientar que as discordâncias substantivas são variadas e vão muito além desse ponto.

Há uma observação curiosa a ser feita sobre os termos atuais desse debate concernindo o desenvolvimento econômico e a importância ou não da indústria. No fundo da questão, ocorre uma inversão de papéis entre economistas e sociólogos/antropólogos, demonstrando a íntima relação que nunca deixou de marcar essas disciplinas, a despeito de suas tendências à hiperespecialização. Na perspectiva ortodoxa, a indiferença de setor se deve principalmente ao foco em outro fator determinante para o crescimento econômico de longo prazo: o marco institucional. A referência internacional nesse ponto é o economista institucionalista estadunidense Douglass North (1971, 1990), com sua tese sobre a relevância de uma institucionalidade pró-mercado, reduzindo custos de transação, favorecendo o comportamento *profit-seeking* (ao invés do patrimonialista *rent-seeking*), para explicar as diferenças históricas entre países ricos e pobres. Tal intuição é explorada também por outros cientistas sociais (LANDES, 1998; HARRISON e HUNTINGTON, 2002) e está igualmente presente no supramencionado livro de Acemoglu e Robinson (2012), que aprofunda essa tese no campo do *mainstream* estadunidense para a presente geração. No âmago dessa formulação está a ideia de que a cultura é um dos principais determinantes de quadros institucionais observados historicamente, conforme prega uma formulação doméstica do argumento, encontrado em Lisboa e Latif (2013). Trata-se de uma solução neo-weberiana para a questão da riqueza e pobreza das nações, na qual se lançaram ao sucesso institucional e econômico culturas com tendências prévias de neutralidade afetiva, individualismo, universalismo e

meritocracia. Assombrado por noções próximas às de “maldição ibérica”, o centro de uma importante teorização ortodoxa pode ser entendido como sociológico/antropológico.

Em contraposição à adesão ortodoxa à posição de que o desenvolvimento é determinado culturalmente, a heterodoxia – bem como teorias de outras ciências sociais que nela buscam empréstimos – enfatiza as bases econômicas da desigualdade entre países. No fundo de suas formulações há implícita alguma forma de assimetria tecnológica, reproduzida por mecanismos de mercado ou pressões militares. A noção de colonialidade do poder de Anibal Quijano, por exemplo, expressa as assimetrias entre países ricos e pobres, salientando a multidimensionalidade de uma estrutura de dominação mundial, composta por assimetrias não apenas simbólicas (racismo, estigmatização saberes e religiões vernáculas tradicionais), mas também econômicas. Embora aglutinada ao simbólico, o econômico é igualmente basilar, no empréstimo que Quijano faz de dependentistas e de Wallerstein com relação a um capitalismo global, geograficamente marcado por diferenças entre centro e periferia. A heterodoxia em pouco discordaria dos fundamentos da análise do sistema mundo de Wallerstein. Na teorização sobre o desenvolvimento, enquanto a heterodoxia, sociólogos e antropólogos se confirmam como economistas; economistas ortodoxos, por seu turno, se tornam antropólogos culturais.

3 SOCIOLOGIA E FILOSOFIA DA CIÊNCIA ECONÔMICA NO BRASIL

O estudo da história e da sociologia dos economistas no Brasil oferece contribuições vitais para o entendimento dessa clivagem (Cf. KLÜGER, 2011). Um de seus principais eixos de edificação se encontra na questão do desenvolvimento, colocada ao longo do século XX. Poderia o Brasil alcançar os países ricos com um avanço autônomo das forças capitalistas e mercantis? Ou tais forças de modernização só deslanchariam com apoio e coordenação estatal em setores específicos? Permeada por esses questionamentos, a construção desse mundo de especialistas passa por duas fases. A primeira vai dos anos 30 até a segunda metade dos anos 60. Como não há, nesse período, instâncias de formação avançada em economia no país, os especialistas se constituem por meio da experiência nos altos negócios e na gestão de assuntos econômicos do Estado. Nesse contexto, a historiografia do tema encontra um marco inicial do debate na controvérsia do planejamento entre Eugênio Gudín e Roberto Simonsen na década de 1940 (Cf. VON DOELLINGER, 2010).

A segunda fase se inicia com a fundação da pós-graduação em Ciências Econômicas no país. A partir de então, os centros de formação avançada e pesquisa desenvolverão perfis distintos com base em suas respostas para a pergunta originária do debate econômico brasileiro. Por um lado, UFRJ, UNICAMP e a FGV de São Paulo se consolidam como centros heterodoxos; do outro lado do tabuleiro a ortodoxia se sedimenta na FGV do Rio de Janeiro. Outras escolas de destaque como USP e PUC do Rio de Janeiro assumem uma posição intermediária, com uma composição de quadros plural (LOUREIRO, 1997). No final da década de 1980, a PUC-RJ se desloca para o polo ortodoxo (PRESSER, 2001). Assim se resume o retrato básico do campo da ciência econômica no Brasil nas últimas décadas (CANTU, 2009; KLÜGER, 2017). Cabe destacar que os modos de fazer ciência econômica nesses centros se diferencia claramente em subáreas prestigiosas e relacionadas à política econômica, tais como macroeconomia e economia monetária. Porém, esse campo envolve muitas outras áreas nas quais o impacto da divisão orto/heterodoxia se faz sentir de modo distinto. Economia dos recursos naturais, metodologia da economia, histórica econômica, economia regional e urbana integram o rol de subáreas menos prestigiosas e menos sensíveis à clivagem da disciplina³.

Uma constatação adicional relevante para compreender o funcionamento sociológico desse campo dos economistas está na sua heteronomia, fenômeno igualmente identificado em outros países (Cf. LEBARON, 2001). Enquanto alguns campos científicos apresentam maior grau de autonomia para estabelecer sua agenda e para fixar critérios de resolução de discordâncias, para os macroeconomistas boa parte da agenda se situa no terreno da política econômica e, portanto, as controvérsias transbordam o espaço dos especialistas. Tal transbordamento para a política e grande mídia é marcado por graus muito assimétricos de capacidade expressiva das ideias, de acordo com a proximidade dessas ideias das graças de empresas de comunicação e do mundo financeiro (Cf. UNDURRAGA e PEDROSO NETO, 2019).

Não apenas mecanismos sociológicos reproduzem a divisão orto/heterodoxia na economia. Clivagens filosóficas são igualmente relevantes e podem ser exploradas por meio da investigação sobre o núcleo ou as premissas embutidas nas duas formas de fazer ciência econômica. Há uma longa tradição de reflexão sobre o tema na subdisciplina de filosofia e metodologia da ciência econômica (Cf. HAUSMAN, 2018). Por algum tempo, essa reflexão se concentrou na aplicação da noção de programas de pesquisa de Imre Lakatos à história do pensamento econômico, legando-

³ Sobre a hierarquia de prestígio das subáreas no Brasil, ver Cantu (2009, p.28-30).

nos a compreensão de que distinções teóricas tem como base diferenças nessa dimensão meta-teórica das premissas não falseáveis. Exames no campo da sociologia sugerem que essa dimensão meta-teórica nas ciências sociais é permeada ainda por visões normativas, calcadas em determinada concepção sobre a natureza humana e sua forma de ordem social relacionada (Cf. CHANIAL, 2011; CHERNILO, 2016). A extensão dessas preocupações ao tema da disputa entre economistas pode contribuir com a compreensão de alguns de seus aspectos mais entranhados.

O núcleo do programa ortodoxo é muito comumente delineado com base em alguma variante de ação intencional, racional, que maximiza a utilidade esperada dos atos, como ilustrado pelas observações acima de Oreiro e Gala. Complementando esse diagnóstico, propomos que essa descrição expressa ainda uma filosofia política. Sob essa perspectiva, a ciência econômica na sua vertente ortodoxa pode ser vista, nesse sentido, como um campo do conhecimento que emerge de uma visão normativa assertiva da busca do interesse individual, confiante em seu potencial de espontânea coordenação pela ação concorrencial. Todo manual de história do pensamento econômico retrata o início da ciência econômica à economia política do século XVIII. Seguimos Hirschman (1979) e Rosanvallon (2002) em suas teses sobre a relação entre a filosofia política e essa economia política. A primeira reflete, por um lado, sobre a ordem social aludindo à implicação comunitária, ao esforço cooperativo na reprodução da existência social e ao trabalho para edificar instâncias de coordenação centralizada legítimas (Estado, associações profissionais e de outros tipos, etc.). Por outro lado, na visão da dupla fraco-alemã, o liberalismo – em sua vertente econômica – expressa igualmente uma perspectiva sobre as bases da ordem social, porém sem a implicação coletivista: a coordenação social se daria de modo descentrado, pela concorrência e competição associada à busca pelo auto-interesse. Prescinde-se da questão da legitimidade das instâncias de coordenação central – questão central em outras filosofias políticas –, pois a coordenação é descentralizada. A subsistência e a segurança deixam de resultar da implicação em uma comunidade política para resultar involuntariamente da perseguição dos desejos individuais. Trata-se de um novo método para a construção do bem comum, no qual se destacam aqueles que captam com sucesso a subjetividade alheia a fim de oferecer bens e serviços aspirados por essa sociedade pulverizada, ultrapassando competidores que tentam fazer o mesmo (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1991, pp.60-82). Desse modo, a ciência econômica ortodoxa contemporânea herda da filosofia política liberal, via economia política, a premissa de uma ordem social virtuosa criada com base na harmonização espontânea da ação maximizadora de uma miríade de atores.

Colocadas as bases da ortodoxia dessa maneira, a heterodoxia emerge como uma forma de produção de conhecimento alternativa, assentada sobre a intuição de que há falhas nos princípios do auto-interesse e da coordenação descentralizada. Não apenas economistas heterodoxos, como também outros cientistas sociais – especialmente sociólogos e antropólogos – aderem a alguma forma de base normativa privilegiando o comprometimento com o interesse coletivo e com formas de coordenação centralizada. Assim, uma filosofia comparativa das ciências sociais sugere algumas bases normativas de suas diferenças: a economia ortodoxa repousa sobre a valoração positiva da ação competitiva enquanto a sociologia, por exemplo, o faz para alguma forma de ação colaborativa.

4 O DISSENSO SOBRE A PROVA

Essas reflexões sobre alguns aspectos meta-teóricos da divisão entre economistas podem ser reinseridas em seu desenrolar contextual por meio do exame da argumentação. Um primeiro passo é estabelecer a variação de suas balizas de acordo com a arena de enunciação. No mundo social fora do cativado especializado os argumentos geralmente se fazem presentes e se fazem valer na dinâmica institucional com uso do poder, seja ele econômico, simbólico ou coercitivo. Dessa maneira, eles tendem a ser formulados como palavras de ordem de grupos buscando avançar suas agendas. No confinamento do mundo dos especialistas, impõe-se alguma forma de controle eliasiano do uso de qualquer força extra-campo (Cf. LEMIEUX, 2017, pp.162-164). A constante mobilização de critérios acadêmicos e científicos pelos atores da disputa orto/heterodoxia exprime o quanto são importantes essas formas racionais de resolução de diferenças diante dos pares especializados. Há alguma convergência e reconhecimento de que todos compõem uma única comunidade de especialistas e que ela pode servir de juiz de litígios.

Mesmo importantes, essas formas de resolução de discordâncias não são consensuais, como as citações acima evidenciam. As controvérsias especializadas se prolongam, assim, indefinidamente. Em alguma dimensão, seguramente há o papel de forças externas moldando contenciosos internos, favorecidas pela heteronomia do campo dos economistas. Existem, entretanto, outros fatores internos que contam para a perpetuação das discordâncias. Exploramos aqui a hipótese de que o modo de construção da prova na ciência econômica (como em muitos

outros campos e assuntos) talvez não tenha contornos tão nítidos, como preferem crer seus praticantes.

Para introduzir a temática da parcialidade da prova, recorreremos a um dos textos mais importantes de metodologia e filosofia da ciência econômica produzido no Brasil. Pêrsio Arida (2003) – autor conhecido por ser um dos formuladores do Plano Real – se questiona sobre os critérios que orientam o progresso da teoria econômica em um texto reeditado repetidas vezes⁴. O artigo é talvez mais conhecido pela formulação de dois paradigmas da prática científica na disciplina, um que privilegia a fronteira do conhecimento produzida pela superação positiva (*hard science*) e outro que se alimenta da irredutibilidade do vigor dos clássicos e do reconhecimento da conciliação problemática entre diferentes matrizes teóricas (*soft science*). Vagamente correspondentes à algumas das diferenças entre ortodoxia e heterodoxia, os dois modelos, segundo Arida, possuem critérios internos insuficientes para dar conta da evolução da teoria econômica. Com base nessa conclusão preliminar, o ex-presidente do BNDES propõe um conjunto de convenções retóricas subjacentes à irradiação de teorizações bem sucedidas na história do pensamento econômico. Sem aderir à solução da retórica defendida por Arida, é possível, porém, salientar como seu texto concebe o problema da dinâmica científica de maneira precisa e fecunda: “não há regras comuns de validação aceitas por todos os participantes em controvérsias de relevo” (ARIDA, 2003 p.33). Em outras palavras, economistas discordam porque não há prova conclusiva que solucione o dissenso.

O dissenso sobre o método e os procedimentos para a produção de evidências pode ser descrito em duas dimensões. Primeiro, há uma divisão sobre a escala da teoria. Enquanto a ortodoxia desconfia de teorizações amplas e se restringe a abstrações de médio-alcance, a heterodoxia não dispensa a grande teoria. Segundo, o “monismo metodológico” da ortodoxia contrasta com o pluralismo da heterodoxia. Certamente, há ortodoxos que admitem evidência produzida por diferentes métodos, mas a posição é normalmente associada à heterodoxia. A ortodoxia geralmente se concentra na produção de evidência por alguma modelização matemática, com base na qual se pode derivar as conclusões de um conjunto de equações, simular trajetórias para as variáveis ou estimar parâmetros por meio de técnicas econométricas com alguma base de

⁴ O artigo veio a público originalmente em 1983 como um texto de discussão do Departamento de Economia da PUC-RJ. Referencio aqui a última versão revisada de 2003. A data original de publicação é relevante, pois é coetânea da publicação de McCloskey (1983) que também evoca a dimensão retórica da ciência econômica para entender sua história.

dados. O repertório da heterodoxia inclui a modelização matemática, mas também se mistura com o de outras ciências sociais, admitindo o comparativismo histórico, estudos de caso e a sustentação de conjecturas de teorizações abrangentes com estatísticas descritivas. A rivalidade faz aparecer as caricaturas de que heterodoxos realizam apenas devaneios imprecisos ou reflexões dogmáticas ao passo que ortodoxos elaboram resultados muito precisos sobre questões delimitadas, mas irrelevantes.

Alguns exemplos recentes dessas posições podem auxiliar em seu entendimento. Cabe repetir aqui a defesa de Lisboa e Pessoa (2019) da investigação conduzida por “conjecturas precisas sobre aspectos econômicos muito específicos” (p.22) ou ainda por “modelos formais com conjecturas precisas que possam ser testadas empiricamente com o uso da melhor estatística disponível” (p.24). Uma conhecida proposta alternativa no debate brasileiro pode ser encontrada em Bresser-Pereira (2009), com sua distinção entre uma ciência econômica hipotético dedutiva (similar à proposta de Lisboa e Pessoa) e outra histórico dedutiva. Contra as restrições da primeira abordagem (pressupostos fixos e pouco alcance das hipóteses), Bresser se coloca a favor da segunda, por seu realismo e capacidade de produzir teorizações mais amplas, que permitam deduções sobre variados aspectos da economia e da sociedade.

5 VISÕES SOBRE A RECESSÃO BRASILEIRA

O que o debate entre os economistas diz sobre uma das questões mais salientes de sua área nas primeiras décadas do século XXI: a “grande recessão brasileira” de 2014 a 2016? Antes do COVID-19, a crise se tornou o foco principal da discussão devido a suas enormes proporções. A contração de renda foi a maior de todas as crises já enfrentadas pelo país e a recuperação ao nível de renda pré-crise foi a mais lenta (Cf. CODACE, 2017; ROSSI e MELLO, 2017). Quais seriam suas causas? Qual a avaliação do quem ver sendo realizado em termos de reformas? O que devemos fazer no futuro? O que esperar para os próximos anos? Tais questões são respondidas de modo distinto pelos dois grupos de economistas.

Abordar as diferentes concepções sobre a crise e a recuperação constitui um desafio particular para a investigadora da controvérsia. É preciso agora aplicar as diferentes perspectivas que esboçamos acima a um assunto específico, examinando como a ortodoxia e a heterodoxia

defendem suas versões, seus diagnósticos e prognósticos sobre a recessão. Ou seja, examinar a argumentação dos economistas.

Adotaremos aqui uma abordagem que leva em consideração não somente as relações de poder em controvérsias, mas também as ideias incorporadas na argumentação entre as partes. Apoiamo-nos nas formulações de Francis Chateauraynaud (1995, 1999, 2011; CORRÊA, 2014; MELLO, 2019) sobre o papel dos argumentos em controvérsias que se desdobram no longo prazo e sua relação com jogos de força entre os atores e transformações institucional. Sua balística sociológica das disputas prolongadas – nas quais as representações se inscrevem na dinâmica dos acontecimentos e das instituições – oferece pelo menos três contribuições ao objeto aqui estudado: na proposta de uma estrutura do argumento nesse tipo de controvérsia, num quadro de diferentes injunções argumentativas colocadas por diferentes arenas e no destaque a eventos marcantes na trajetória de ideias e argumentos.

Com base na pesquisa sobre controvérsias, embora majoritariamente francesas, envolvendo variadas causas – tais como segurança da energia nuclear, doenças provocadas por amianto, hipersensibilidade a ondas eletromagnéticas, desaparecimento de abelhas silvestres, escândalo sobre sangue contaminado, etc. – Chateauraynaud elabora um modelo de argumento em uma disputa “madura”, isto é, que já passou por várias provações e eventos, organizando atores em diferentes trincheiras e sedimentando leituras sobre acontecimentos passados e perspectivas sobre cenários futuros. Além de apontar o objeto da questão, esse modelo é composto ainda pelo princípio que sustenta a tese defendida, pelas forças em jogo na disputa, por referências a eventos precedentes e formulações de ângulos de visão passados e futuros (tradições e perspectivas do porvir).

O uso desse modelo nos auxilia na elaboração de versões prototípicas do argumento ortodoxo e heterodoxo sobre a recessão e as medidas de política econômica que devem ser adotadas. Com base na literatura que expressa a disputa entre os dois campos, no Quadro 1 propomos versões das distintas visões sobre o problema contemporâneo do desenvolvimento no Brasil. Variantes dessas formas prototípicas podem ser encontradas no debate público entre economistas. O mérito desse exercício está no destaque ao enraizamento histórico e social dos princípios normativos mobilizados pelas duas formas de teorização, como comentado nas seções anteriores. É possível notar como a convicção ou a incredulidade acerca dos potenciais virtuosos do mercado submerge o problema específico, situado historicamente, do baixo crescimento

Quadro 1 – Formas prototípicas dos argumentos ortodoxos e heterodoxos sobre recessão e política econômica a partir de 2014

ORTODOXIA:

Considerando o mal que o intervencionismo estatal produziu em vários momentos da história econômica brasileira e mundial (tradição), o baixo crescimento (objeto) se tornará a regra por muitos anos (futuro) se não enfrentarmos as pressões corporativistas (forças) e implantarmos as reformas para aumentar a produtividade e melhorar o ambiente de negócios (princípio), aperfeiçoando o modelo virtuoso de FHC e Lula I e corrigindo os erros da Nova Matriz Econômica (precedente).

HETERODOXIA:

Considerando o mal que austeridade produziu em vários momentos da história econômica brasileira e mundial (tradição), o baixo crescimento (objeto) se tornará a regra por muitos anos (futuro) se não enfrentarmos as pressões do mundo financeiro e elites predatórias (forças) e implantarmos medidas para fortalecer a indústria e complexificar o tecido produtivo (princípio), aperfeiçoando algumas iniciativas corretas dos governos do PT e superando o modelo perverso instaurado por FHC e a austeridade pós-Dilma (precedente).

econômico após a recessão de 2014-2016. Essa imersão produz olhares distintos sobre o passado e o futuro, selecionando o modo pelo qual os aspectos da história econômica são enfatizados e projetando conclusões a fim de desenhar estados futuros do mundo. A formalização argumentativa permite ainda explorar qual é o jogo de forças em questão, de acordo com os protagonistas da controvérsia. Tal procedimento oferece ainda ferramentas para examinar a evolução argumentativa em determinada disputa de longo prazo. Os problemas ou objetos, os eventos passados e prospecções, as forças sociais em questão são elementos da experiência histórica incorporados na trajetória do repertório argumentativo. Mesmo sem poder detalhar mais implicações dessa abordagem aqui, apontamos seu potencial para pesquisas sobre a história e a situação das ideias econômicas no Brasil, relevando suas dimensões históricas e sociológicas.

6 A CRISE DO CORONAVÍRUS E A ARGUMENTAÇÃO ECONÔMICA

A estabilização – e até mesmo institucionalização em alguns casos – de todas essas dimensões de discordância sugerem uma forte rigidez das perspectivas a despeito de sua pluralidade. Como acontece então a emergência do novo no debate econômico brasileiro?

Nesse ponto, a balística sociológica de Chateauraynaud pode novamente contribuir com algumas ponderações. A consolidação de posições argumentativas entrincheiradas é uma

característica de querelas sociais complexas e duradouras. Acontecimentos marcantes (e frequentemente inesperados) constituem o principal impulso da dinamização das ideias, imprimindo sua marca na trajetória de argumentos nessas disputas. Cabe aqui um paralelo com um dos casos mais emblemáticos estudados por Chateauraynaud: a questão da segurança de usinas nucleares. Além de evocar seu caráter pouco poluente, partidários do nuclear argumentavam a favor dessa tecnologia tratando o precedente de Chernobyl como um incidente restrito a regimes políticos fechados e com pouca transparência. Os críticos do nuclear alegavam seu risco com base em incidentes em países da Europa ocidental e América do norte que, embora controlados sem maiores consequências, mostraram fragilidades e riscos desse uso da tecnologia atômica. Nesse cenário argumentativo, o acidente na usina de Fukushima no Japão em março de 2011 constitui um acontecimento marcante. Na impossibilidade de ignorá-lo, as partes devem absorvê-lo no trabalho de construção de argumentos. Partidários deslocam o foco para a importância do planejamento na construção de usinas nucleares – destacando o erro de edificação em uma área suscetível a tsunamis. Críticos reforçam sua alegação da insegurança com mais esse exemplo. Essa dinâmica das ideias sobre o tema se desenrola junto com transformações institucionais notórias, tais como a decisão do governo alemão de acelerar a desativação das usinas nesse país. Dentre as lições desse caso, é possível sublinhar que a manutenção das oposições (ainda existem partidários e críticos da energia nuclear) não acontece sem realinhamentos (mudança da postura das autoridades alemãs) e que o evento marcante provoca irreversivelmente os argumentos em jogo.

A pandemia do COVID-19 é o mais novo acontecimento marcante do debate econômico mundial – e brasileiro. Quais são os impactos dessa conjuntura nas ideias econômicas? Em conjunturas na qual o grau de indeterminação se eleva, há um embaralhamento de posições por conta da ruptura com o paradigma das condições econômicas “normais”. Alguns economistas ligados à ortodoxia aparecem no início da pandemia defendendo medidas de intervenção estatal na crise da pandemia, como auxílios a trabalhadores e a empresas. Membro de um *think tank* liberal estadunidense, a economista Monica de Bolle escrevia em 2019 que é “evidente que o ajuste fiscal é necessário, que privatizações são bem-vindas, que a abertura da economia é urgente, que o Estado é inchado”⁵. No contexto da pandemia, o veredito se inverte: “Em tempos de calamidade inédita e risco de depressão, metas fiscais e a evolução da dívida tornam-se absolutamente irrelevantes”⁶.

⁵ *Chicago, Chicago*. Estado de São Paulo, 10/4/2019.

⁶ *Como evitar a depressão econômica?* Estado de São Paulo, 18/3/2020.

Armínio Fraga sugeriu a expansão do Bolsa Família e a criação de um “programa de renda mínima que beneficie até 100 milhões de brasileiros”⁷, enquanto Henrique Meirelles propôs “imprimir dinheiro”⁸. Iniciativas pouco prováveis de serem associadas a esses personagens num cenário de “paradigma normal”, a crise despertou posições pouco ortodoxas de expansão monetária e da ação do estado em geral.

Essas mudanças de postura são bastante compreensíveis com referência à construção do debate econômico brasileiro e mundial. Diante do inesperado e do novo, o resgate de ideias latentes na tradição em novas condições pode motivar novos alinhamentos temporários. A grande depressão da década de 1930 imprimiu na teoria econômica, com a contribuição de Keynes, a possibilidade do uso de canais autônomos da dinâmica macroeconômica em determinados contextos de crise. Essa seria uma terminologia modernizada da ideia da administração da demanda agregada por meio de iniciativas discricionárias do governo – portanto “autônomas” e induzidas – no campo fiscal e monetário. Plasmada ao longo de várias décadas de debate econômico e cotejada pela incorporação institucional na condução da política econômica de vários países, é verdade que esse instrumento sofreu um refluxo na década de 1980, que fundou a ortodoxia contemporânea. Ainda assim, e com suas devidas ressalvas, ele permanece um tópico de estudo nos manuais de macroeconomia. Entendendo que o emprego da expansão fiscal e monetária podem ser deletérios em tempos normais, a intuição treinada de boa parte da ortodoxia entende que se trata de um momento de ruptura aguda, no qual esses canais podem e devem ser mobilizados. Isto é, a intensificação da ação estatal na economia não é dogmaticamente vedada e permanece latente no repertório geral da disciplina, quando são necessárias perspectivas criativas para situações inéditas. Sua rejeição completa se revela um negacionismo custoso, tal como tem sido para o ministro Paulo Guedes. Isolado na recusa a medidas audaciosas, ele tem sido comparado ao “liquidacionista” Andrew Mellon, secretário do tesouro estadunidense que deixou de reagir a crise de 1929 no governo Hoover, pois acreditava que se tratava apenas de mais um episódio de ajuste do mercado autorregulado⁹. Cabe destacar, porém, que a ortodoxia que defende fortes medidas estatais de exceção não deixou ainda de se comprometer com a agenda de reformas pró-mercado quando da eventual volta ao “paradigma normal” dos negócios.

⁷ Armínio sugere renda mínima para 100 milhões. Valor, 24/3/2020.

⁸ Meirelles defende 'imprimir dinheiro' contra crise do coronavírus: 'Risco nenhum de inflação'. Folha de São Paulo, 8/4/2020.

⁹ Oreiro, J. L.; Paula, L. F. *O liquidacionismo de Guedes aprofunda a crise*. Valor, 31/3/2020.

Com relação aos efeitos de longo prazo da crise da pandemia no debate econômico, é necessário conjecturar em duas frentes: nas características da presente conjuntura crítica e nos efeitos típicos de tal conjuntura na trajetória argumentativa de controvérsias. Por um lado, a trajetória argumentativa será marcada pelas medidas macroeconômicas adotadas ao longo de 2020, seja por sua intensidade ou ausência. Programas de renda para famílias, redução dos juros, expansão das despesas, financiamento do déficit por flexibilização monetária ou emissão de dívida e outros tópicos devem se tornar objeto da reflexão e suas modalidades devem ser incorporadas como precedentes nos argumentos. Embora trate-se de um contexto excepcional, a recuperação da crise da pandemia e a maneira como ela se inserir na lenta recuperação da crise de 2014-2016 exigirá um trabalho de interpretação pelos diferentes grupos da ciência econômica.

As condições econômicas podem se deteriorar muito e o objeto dos argumentos podem se deslocar do “baixo crescimento” para a “situação desesperada”. Esse reenquadramento pode ampliar o alcance dos pontos heterodoxos, pois, como vimos acima, a ortodoxia admite políticas econômicas expansionistas em conjunturas de exceção. No longo prazo, pode-se plasmar a validade dessas medidas num espaço menos polêmico.

O experimentalismo com a criação de programas de renda de emergência também deverá e consolidar como precedente importante. A avaliação de seus efeitos se colocará ao lado das medidas do governo Dilma I – Nova Matriz Econômica ou Agenda FIESP (Cf. Carvalho, 2018) – como um marco a ser discutido no rol de soluções possíveis para a economia brasileira. De uma possibilidade remota e marginal à agenda política, programas de renda universal ou quase universal podem se tornar menos marginais ao debate.

Resumidamente, à título de comentário final, este trabalho apresentou as seguintes reflexões. Na reprodução da disputa entre ortodoxos e heterodoxos – além de fatores sociológicos e institucionais já aludidos pela literatura –, subjazem divisões meta-teóricas, sobre a filosofia da ciência que orienta as abordagens teóricas e testes empíricos. A divisão substantiva sobre o desenvolvimento econômico se baseia numa inusitada visão culturalista da ortodoxia, em contraposição à visão economicista da heterodoxia. Com base na sociologia pragmática francesa sobre controvérsias, construiu-se formas prototípicas dos argumentos ortodoxos e heterodoxos sobre recessão e política econômica a partir de 2014. O efeito de eventos marcantes é examinado por meio dos novos alinhamentos provocados pela a crise de 2014-2016 e pela crise da pandemia,

na qual parte da ortodoxia explicita a validade de propostas heterodoxas para momentos de maior indeterminação.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. *Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ARIDA, Pérsio. A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica. In: GALA, Paulo; REGO, José Márcio. *A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica: ensaios sobre metodologia em economia*. São Paulo: Editora 34, 2003.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. *De la justification*. Paris: Gallimard, 1991.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Os dois métodos e o núcleo duro da teoria econômica. *Revista de Economia Política*, v. 29, n. 2, p. 163-190, 2009.

CANTU, Rodrigo. *A ciência dos economistas: entre dissensos científicos e clivagens morais*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2009.

CALLON, M.; LASCOUMES, P.; BARTHE, Y. *Agir dans un monde incertain: essai sur la démocratie technique*. Paris: Le Seuil, 2001.

CARVALHO, Laura. *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.

CHANIAL, Philippe. *La sociologie comme philosophie politique. Et réciproquement*. Paris: La Découverte, 2011.

CHATAURAYNAUD, Francis. *Argumenter dans un champ de forces. Essai de balistique sociologique*. Paris: Pétra, 2011.

CHATAURAYNAUD, Francis; TORNY, Didier. *Les Sombres précurseurs : Une Sociologie pragmatique de l'alerte et du risque*. Paris: EHESS, 1999.

CHATAURAYNAUD, Francis. Christian Bessy, *Experts et Faussaires. Pour une sociologie de la perception*. Paris: Métailié, 1995.

CHERNILO, Daniel. *Debating humanity: Towards a philosophical sociology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

CODACE – Comitê de Datação de Ciclos Econômicos. *Comunicado de Datação de Ciclos Mensais Brasileiros, Out/2017*. Rio de Janeiro: IBRE/FGV, 2017.

CODATO, Adriano; CAVALIERI, Marco; PERISSINOTTO, Renato; DANTAS, Eric Gil. Economic mainstream and power: a profile analysis of Central Bank directors during PSDB and PT governments in Brazil. *Nova economia*, v. 26, n. 3, pp. 687-720, 2016.

DEQUECH, David. Neoclassical, mainstream, orthodox, and heterodox economics. *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 30, n. 2, p. 279-302, 2007.

DEQUECH, David. Applying the Concept of Mainstream Economics outside the United States: General Remarks and the Case of Brazil as an Example of the Institutionalization of Pluralism. *Journal of Economic Issues*, v. 52, n. 4, p. 904-924, 2018.

DOBBIN, Frank. The social construction of the great depression: industrial policy during the 1930s in the United States, Britain, and France. *Theory and Society*, v.22, n.1, p. 1-56, 1993.

DOBRY, Michel. *Sociologia das crises políticas: a dinâmica das mobilizações multissetoriais*. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

FMI. *World Economic Outlook: Chapter 1*, April 2020. Disponível em: < www.imf.org >

GALA, Paulo. *Complexidade econômica*. Contraponto: Rio de Janeiro, 2017.

HALL, Peter A. et al. (Ed.). *The political power of economic ideas: keynesianism across nations*. Princeton: Princeton University Press, 1989.

HARRISON, Lawrence; HUNTINGTON, Samuel. *A cultura importa: os valores que definem o progresso humano*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HAUSMAN, Daniel. Philosophy of Economics. In: ZALTA, Edward. (ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2018 Edition), 2018. URL: <<https://plato.stanford.edu/archives/fall2018/entries/economics/>>.

HIRSCHMAN, Albert. *As paixões e os interesses: argumentos políticos para o capitalismo antes de seu triunfo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KLÜGER, Elisa. As Sociologias da Ciência Econômica. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*, n. 72, p. 101-116, 2011.

KLÜGER, Elisa. *Meritocracia de laços: gênese e reconfigurações do espaço dos economistas no Brasil*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

LANDES, David. *Riqueza e pobreza das nações: por que algumas são tão ricas e outras tão pobres*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

LEBARON, Frédéric. O campo dos economistas franceses no fim dos anos 90: lutas de fronteira, autonomia e estrutura. *Mana*, v. 7, n. 1, p. 09-29, 2001.

LEMIEUX, Cyril Para que serve a análise de controvérsias? *Teoria e Cultura*, v. 11, n. 3, 2017.

LISBOA, Marcos. A miséria da crítica heterodoxa: primeira parte: sobre as críticas. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 1, n. 2, 1997.

LISBOA, Marcos. A miséria da crítica heterodoxa: segunda parte: método e equilíbrio na tradição neoclássica. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 2, n. 1, 1998.

LISBOA, Marcos; LATIF, Zeina. *Democracy and growth in Brazil*. Insper Working Paper 311. 2013.

LISBOA, Marcos; PESSOA, Samuel. *O valor das ideias: debate em tempos turbulentos*. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

LOUREIRO, Maria Rita. *Os Economistas no governo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

MCCLOSKEY, Donald N. The rhetoric of economics. *Journal of economic literature*, v. 21, n. 2, p. 481-517, 1983.

NORTH, Douglass C. Institutional change and economic growth. *Journal of Economic History*, v. 31, n. 1, p. 118-125, 1971.

NORTH, Douglass C. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PRESSER, Mário Ferreira. Ecletismos em dissenso. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 41, p. 49-66, 2001.

ROSANVALLON, Pierre. *O liberalismo econômico: história da ideia de mercado*. Bauru: Edusc, 2002.

ROSSI, Pedro; MELLO, Guilherme. Choque recessivo e a maior crise da história: a economia brasileira em marcha à ré. Nota do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica - IE/UNICAMP, n. 1, 2017.

UNDURRAGA, Tomas; PEDROSO NETO, Antonio José. Jornalistas da economia e homens das finanças: Fascinação, ascendência e ilusão profissional. *Estudos de Sociologia*, v. 24, n. 47, 2019.

VON DOELLINGER, Carlos. Introdução. In: SIMONSEN, R.; GUDIN, E. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. Brasília: IPEA, 3ª Ed., 2010 (1977).